



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da 14ª Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema de 11 de março de 1992.**

Realizou-se no dia 11 de março de 1.992; na Secretaria de Meio Ambiente, à rua Tabapuã, 81, 1º andar, a 14ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - Consema -, na qual estiveram presentes o Exmo Sr. Secretário de Meio Ambiente e Presidente do Consema, Dr. Alaôr Caffé Alves, bem como os seguintes conselheiros: **Antonio Francisco Pinheiro Pedro**, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo; **Humberto de Sousa P. Neto**, representante da Secretaria de Esportes e Turismo; **Pedro Além Sobrinho**, representante da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb; **Aristides Almeida Rocha**, representante da Universidade de São Paulo -USP; **Nelson Nefussi**, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP; **Otaviano Arruda Campos**, representante da Secretaria de Planejamento e Gestão; **Dorival Bertolini**, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; **Pedro Benvenuto**, representante da Secretaria de Transporte Metropolitanos; **Benedito Moraes Navarro**, representante da Secretaria de Infra-Estrutura Viária; **Neusa Maria Marcondes Viana de Assis**, representante da Coordenadoria de Proteção dos Recursos Naturais da Secretaria de Meio Ambiente; **Júlio Camargo Artigas**, representante da Secretaria da Educação; **Berenice Maria Gomes Gallo**, ambientalista; **Paulo Tadeu Banzato**, representante da Secretaria da Cultura; **João Paulo Capobianco**, ambientalista; **Carlos Alberto Arraes**, ambientalista; **Mário Cesar Mantovani**, ambientalista; **Édis Milaré**, representante do Ministério Público; **Lúcia Osório Nogueira**, representante da Secretaria da Saúde; **Teresa Serra Silva**, representante da Secretaria de Governo; **Arlindo Philippi Jr.**, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, **Luis César Amad Costa**, representante da Secretaria de Energia e Saneamento, **Sérgio Dimitruk**, representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, **Helder Wuol**, ambientalista; **Marcos S. Carrilho**, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil; **Dalva Christofolletti Paes da Silva** e **Antonio Affonso Caetano Siqueira**, representantes, titular e suplente, da Associação Paulista dos Municípios; **Marco Antonio L. dos Santos**, representante da Secretaria da Habitação; **Enir Guerra N. de Holanda**, representante titular da Secretaria da Saúde; **Sâmia Maria Tauk**, representante da Universidade Estadual Paulista - UNESP; **João Luis Pegoraro**, ambientalista; **Décio Freire**, representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente; **Mac William Basílio**, representante da Secretaria do Trabalho e da Promoção Social; **João Abukater Neto** representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA; **Juvenal Boller**, representante da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania; **Condesmar Fernandes de Oliveira**, ambientalista; **Adalton Paes Manso**, representante suplente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção São Paulo; **Marco Antonio Mróz**, ambientalista. Esta reunião foi secretariada por mim, Ivan Carlos Maglio, Secretário Executivo do Consema. A abertura da reunião ocorreu com os votos de boas-vindas dados aos novos conselheiros pelo Secretário Executivo do Consema, Ivan Carlos Maglio. Imediatamente após, fez uso da palavra o Exmo. Sr. Secretário de Meio Ambiente e Presidente do Consema, Dr. Alaôr Caffé Alves, que saudou os titulares e suplentes em nome do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Luiz Antonio Fleury Filho. A seguir, teceu considerações acerca do fato de este Conselho constituir-se, hoje, um órgão constitucional, no qual obrigatoriamente serão discutidas todas as questões ambientais, decorrendo disso uma grande



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

responsabilidade para todos que o integram não só no que diz respeito ao cenário ambiental, mas também ao econômico e político. Os problemas ambientais, afirmou Dr. Alaôr Caffé, tornando-se cada vez mais graves e, por este motivo, devem ser analisados, julgados, com o objetivo, inclusive, de se consignarem políticas e ações que minimizem sua gravidade. É necessário, pois, que este órgão aprofunde suas discussões, principalmente acerca da nova lei ambiental que desdobra os princípios já colocados pela constituição política, para que se tenha uma visão precisa desta grande peça. E o ano de 1.992, afirmou, se anuncia como muito importante no que diz respeito às questões ambientais, pois não só ocorrerá a discussão desse projeto como também será realizada a ECO-92. Em seguida, cumprimentou a Curadoria de Meio Ambiente, na pessoa do Dr. Édis Milaré, que, através do artigo publicado no jornal "O Estado de São Paulo", fez uma síntese de, todo o trabalho realizado pelo Consema em 1.991. Depois disso, declarou empossados todos os conselheiros e suplentes e referiu-se à reestruturação do Consema estabelecida pelo decreto publicado em 20 de fevereiro último, o qual altera o de nº 30.555, na medida em que incorpora as mudanças propostas pelas entidades ambientalistas. Essa reestruturação, segundo o Sr. Secretário, constata a aceitação, pelo Exmo. Sr. Governador, Luiz Antonio Fleury Filho, das reivindicações feitas, entre elas a substituição da lista tríplice pela indicação direta e a não possibilidade de o governo interferir na continuidade do manda todos conselheiros, que foi reduzido a um ano. Finalizou essas considerações declarando, mais uma vez, empossados todos os conselheiros presentes na reunião. Fez uso da palavra o Secretário Executivo do Consema, Ivan Carlos Maglio, dando continuidade aos trabalhos. Solicitou, inicialmente, que permanecessem na mesa aqueles conselheiros que tivessem condição de participar de toda a reunião e que, portanto, aqueles que, por algum motivo, precisassem ausentar-se deveriam ser substituídos pelos seus suplentes. A seguir, concedeu a palavra ao conselheiro ambientalista Marco Antonio Mróz, o qual se reportou à forma como foi convocada esta reunião, o que acarretou, segundo ele, problemas não só para a Secretaria Executiva como também para os próprios conselheiros, os quais podem alterar a qualidade da reunião. Em função desse motivo, colocou a proposta de que fosse prorrogado o prazo para apreciação das Súmulas enviadas por mais uma semana, para que todos tivessem melhores condições de se posicionar sobre a necessidade ou não de serem os respectivos pareceres, aos quais essas Súmulas se reportam apreciadas pelo plenário desse Conselho. Finalizou solicitando que sua proposta fosse submetida à votação. Imediatamente depois fez uso da palavra o conselheiro representante da OAB, Antonio Francisco Pinheiro Pedro, que declarou ver a participação de sua entidade nesse Conselho como uma grande conquista não só da sociedade civil como também do próprio Consema e afirmou sentir-se orgulhoso pelo fato de a proposta de participação de sua entidade ter sido aceita por unanimidade. Logo em seguida, endossou a proposta encaminhada pelo conselheiro ambientalista Marco Antonio Mróz sobre a avaliação das Súmulas, sugerindo a dilatação do prazo estabelecido pelo regulamento para que os conselheiros se pronunciassem sobre a forma como devem ser apreciados os EIA/RIMAs aos quais elas se referem. Logo após fez uso da palavra o Exmo. Sr. Secretário de Meio Ambiente e Presidente do Consema, Dr. Alaôr Caffé Alves, que justificou o fato de esta reunião ter sido convocada de forma extraordinária, em virtude do interregno de mais de dois meses que ocorreu desde a última reunião, o qual se deveu, segundo o Sr. Secretário, à necessidade de edição não só do decreto de reestruturação como também daquele que estabelece a nova composição do Conselho. Pois, segundo ele, estes procedimentos exigiram muito tempo para serem realizados. Nessa oportunidade, o conselheiro ambientalista Carlos Alberto Arraes, depois de apresentar-se, reforçou os pedidos feitos pelos representantes da OAB e o ambientalista Marcos Antonio Mróz. Após esse pronunciamento, fez uso



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

da palavra o representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental desta Secretaria, Dr. Décio Freire, que argumentou no sentido de esta prorrogação proposta não incluir as duas súmulas que se referem aos pareceres que concluíram pela inviabilidade de EIAs/RIMAs, exatamente as que dizem respeito aos empreendimentos Dique em Polder e Plumbum Mineração e Metalurgia. Pois, segundo este conselheiro, este órgão nunca avocou para apreciação em plenário aqueles pareceres que concluem sobre a inviabilidade de EIAs/RIMAs. Argumentou ainda que a Súmula referente ao empreendimento Sistema de Abastecimento de Água da Região Santos-Peruíbe-Mambu deveria ser apreciada e não incluída entre aquelas cujo prazo para avaliação dever ser prorrogado, uma vez que essa obra possui um caráter emergencial. Fundamentou seu ponto de vista argumentando que a região de Peruíbe vive hoje sérios problemas de abastecimento, os quais se tornam mais graves ainda nessa época de chuvas. Feitas essas considerações interveio o conselheiro ambientalista autor da proposta de prorrogação, solicitando ao representante da CPLA/SMA alguns esclarecimentos, os quais foram oferecidos e que diziam respeito ao procedimento que seria adotado caso a apreciação do EIA/ RIMA desse empreendimento não fosse avocada para o plenário. Fez então uso da palavra o conselheiro ambientalista João Paulo Capobianco, argumentando ser uma das principais preocupações da entidade que representa o problema do desmatamento e que o empreendimento em questão necessita, para ser implantado, remover áreas com vegetação. O Secretário Executivo esclareceu ser a Câmara Técnica de Saneamento e Energia, fórum competente para apreciar esse EIA/ RIMA, paritária, e que nessa medida sugeria, face à urgência da obra, que deveria ocorrer uma reunião para deliberar sobre o Parecer que sobre ela se posiciona. E considerou que aproveitava essa oportunidade para informar sobre a necessidade de as entidades ambientalistas indicarem seus representantes para as três câmaras técnicas previstas no regulamento, o que, segundo ele, até então não foi realizado. A seguir, o representante da OAB relatou que um dos trabalhos que sua entidade vem realizando junto com os ambientalistas diz respeito à otimização do Consema e que, nesse sentido, tem sido verificada a necessidade de se repensar o fórum câmaras técnicas, principalmente em função do processo de reestruturação que vem sofrendo o Consema. Após essas considerações, o Secretário Executivo argumentou que, face à nova composição do Consema, achava oportuno explicar, detalhadamente, os procedimentos estabelecidos pelo regulamento, o que fez a seguir. Logo em seguida, Dr. Alaôr Caffé, Presidente do Consema, complementou os esclarecimentos oferecidos pelo Secretário Executivo e finalizou dizendo que, sem sombra de dúvida, pequenos ajustes deveriam ser feitos nesse fórum, principalmente tendo em vista a entrada de novas instituições no Conselho. Depois que o Sr. Secretário finalizou suas considerações, o conselheiro ambientalista Condesmar F. de Oliveira posicionou-se no sentido de ratificar a proposta encaminhada por Marco Antonio Mróz, argumentando que essa prorrogação é oportuna tendo em vista a complexidade desse empreendimento, a qual se torna mais problemática pelo fato de não se poder avaliar uma obra a ser implantada na Baixada Santista para o abastecimento de água sem se ter condições de discutir como ela contempla a questão dos esgotos. Por isso, afirmou, é que discorda do posicionamento oferecido pelo representante da CPLA/SMA, sobre a necessidade de esse empreendimento ser apreciado rapidamente. Propôs, então, que a Súmula que diz respeito ao EIA/RIMA dessa obra seja objeto de uma proposta separada a ser submetida à votação. Logo em seguida, fez uso da palavra o ambientalista Carlos Alberto Arraes pedindo esclarecimentos sobre a ocorrência ou não de rodízios no sistema das câmaras técnicas, os quais foram prestados pelo Secretário Executivo, ao dizer que não, e complementados pelo Exmo. Sr. Secretário de Meio Ambiente e Presidente do Consema, Dr. Alaôr Caffé. Depois de feitos esses esclarecimentos, o representante da Secretaria do Trabalho e da



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Promoção Social, Mac William Basílio, sugeriu que sua Secretaria fosse incluída na composição da Câmara Técnica de Atividades Industriais como também propôs a ampliação dos membros de todas as câmaras. Interveio o Secretário Executivo sugerindo que uma proposta de mudança no sistema de funcionamento das câmaras técnicas fosse elaborada. À seguir a representante titular da Secretaria da Saúde, Enir Holanda, fez uso da palavra apoiando a proposta encaminhada pela CPLA/SMA, em virtude da grave situação que o país hoje vivencia com o vírus do cólera, o qual, segundo ela, está visceralmente ligado ao problema de saneamento. Argumentou que dessa situação advém a necessidade de que seja dada prioridade aos empreendimentos que visam resolver esse problema. Ratificando o ponto de vista dessa conselheira, falou a representante da UNESP, Sâmia Tauk, argumentando que, apesar de só ter recebido a convocação para esta reunião às 6 horas da tarde do dia anterior, apoia a proposta defendida pela representante da Secretaria da Saúde é que, em relação à nova composição das câmaras técnicas, sugere que uma universidade participe de cada uma delas, cujo critério de escolha deve ser a natureza da câmara e o envolvimento da universidade com esse aspecto. A seguir, fez uso da palavra o ambientalista Marco Antonio Mróz, referindo-se ao grande problema de abastecimento no litoral paulista, o que leva a que sejam priorizados os empreendimentos que tentam solucioná-lo. Entretanto, argumentou, as exigências colocadas pela legislação ambiental em relação a esses empreendimentos precisam ser cumpridas e para que se analise se isso está ou não ocorrendo, se os EIAs/RIMAs dessas obras a contemplam ou não, é necessário tempo, e este que foi concedido aos conselheiros é muito exíguo. Considerou que, além disso, deve ser levado em conta o fato de as câmaras técnicas deliberarem por maioria de votos, o que pode significar um veto às objeções colocadas por um técnico especializado por ocasião da apreciação. Afirmou que, somadas essas preocupações, entende ser necessário que o EIA/RIMA sobre esse empreendimento seja apreciado pelo plenário, caso a proposta de prorrogação do prazo para apreciação da Súmula que a ele se refere for vencida. Finalizadas essas considerações, o conselheiro ambientalista Carlos Alberto Arraez pronunciou-se encaminhando uma proposta de que todo EIA/RIMA que recebesse na Câmara Técnica um voto contrário do técnico especialista no assunto deveria ser encaminhado ao plenário para apreciação. Nessa oportunidade, Exmo. Sr. Secretário do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Dr. Alaôr Caffé, teceu algumas considerações com o objetivo de esclarecer que a denominação Câmara Técnica não significa que esse fórum seja composto por técnicos, pois, na verdade, quem o compõe são os membros do Conselho. Referiu-se também ao fato de ter sido essa composição anteriormente aprovada pelo próprio Conselho e que, se de fato foi encaminhada e aceita a proposta de esse fórum apenas indicar uma apreciação para o plenário, ele se inviabilizaria em sua função e, com isso, o Consema passaria a dedicar-se integralmente à apreciação de EIAs/RIMAs e seriam deixadas de lado as discussões que dizem respeito a questões essenciais da política ambiental. Pois, afirmou, a proposta da criação de câmara técnica se deu no sentido de os conselheiros, sem se alienarem de seu poder, o qual se configura pela oportunidade que têm de avocar ou não a apreciação de qualquer EIA/RIMA, participar de discussões sobre relevantes questões da política ambiental do Estado de São Paulo. E finalizou suas considerações dizendo que, apesar de considerar pertinentes algumas das considerações feitas, acredita só dever uma proposta ser aceita se ela não criar novos impedimentos. Interveio, nessa ocasião, o conselheiro ambientalista João Paulo Capobianco, afirmando concordar absolutamente com a qualificação que o Sr. Secretário havia dito, mas que se recusa em aceitar o procedimento que estabelece dever a aprovação se dar por maioria absoluta, somando-se a essa maioria o voto de minerva do presidente da câmara. Por este motivo, afirmou, postula que deva ser



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

esse procedimento alterado. Contra-argumentou, nessa ocasião, o Exmo. Sr. Secretário do Meio Ambiente, Dr. Alaôr Caffé, afirmando que se a posição do conselheiro for aceita implicará na discussão, pelo plenário, de todos os EIAs que, apreciados pelas câmaras, tiver. um voto divergente. E esse procedimento, segundo ele, levaria a uma ditadura oposta. Devemos dispender todo esforço, foi o que afirmou, para que encontremos um meio-termo, ou seja, nem a maioria pura e simples nem a imposição de um único voto. Voltou a considerar o aspecto do recente conhecimento das súmulas, afirmando terem sido todas elas publicadas pelo "Diário Oficial" com uma antecedência além da prevista pelo regulamento. Sugeriu, nessa oportunidade, o Secretário Executivo que fosse colocada em votação aquela proposta que coloca a possibilidade de prorrogação do prazo para apreciação da Súmula que se refere ao Parecer sobre o Sistema da Abastecimento de Água da Região Peruíbe-Santos-Mambu. Colocada em votação, ela obteve 9 votos favoráveis e 23 contrários e nenhum conselheiro absteve-se de votar. Deliberou-se, pois, pela não prorrogação de prazo para apreciação. A seguir, o Secretário Executivo propôs fosse encaminhada a proposta sobre apreciação do EIA/RIMA desse empreendimento pelo plenário e sugeriu que dois conselheiros fizessem sua defesa e outros dois apresentassem sobre ela argumentos desfavoráveis. Os conselheiros que fizeram sua defesa foram Condesmar F. de Oliveira e João Paulo Capobianco, cujos principais argumentos referiram-se à necessidade de ser apreciado o cumprimento ou não das exigências colocadas pela legislação ambiental e à urgência de se reconsiderarem os procedimentos colocados pelo regulamento acerca das câmaras técnicas. Contrapondo-se à proposta de o EIA/RIMA do Sistema de Abastecimento de Água da Região Santos-Peruíbe-Mambu ser apreciado pelo plenário, a conselheira Enir Holanda, representante da Secretaria de Saúde, afirmou mais uma vez a urgência de medidas saneadoras para que o problema do cólera não chegue a São Paulo. O conselheiro ambientalista Condesmar F. de Oliveira voltou a admitir que esse empreendimento, por se localizar na Baixada Santista, não pode ser apreciado por um fórum que não possui a diversidade de representação do Conselho e que, conseqüentemente, não terá uma visão ampla sobre os grandes problemas que nessa região se localizam. O representante da CPLA/SMA posicionou-se contra o congelamento das câmaras técnicas, pois, segundo ele, a lógica adotada por esse fórum foi proposta e ratificada pelo próprio Consema. Colocada em votação a proposta de que a apreciação da Súmula referente ao EIA/RIMA desse empreendimento fosse feita pelo plenário, ela recebeu 10 votos favoráveis e 19 contra, tendo um conselheiro se abster de votar. Feita essa deliberação, o Secretário Executivo informou que a reunião da Câmara Técnica de Energia e Saneamento deverá ocorrer no próximo dia 19, às 9 horas, e que o representante da Universidade será a UNESP, que o Conselho Regional de Engenharia, **Arquitetura e Agronomia substituirá os Condesmas e que as entidades ambientalistas deverão indicar ainda seu representante.**

A seguir, o conselheiro ambientalista Carlos Alberto Arraes propôs que fosse colocada em regime de urgência a votação sobre alteração das Câmaras. O Secretário Executivo sugeriu que fossem adotados procedimentos, através da criação de comissões, para proporem as alterações. O conselheiro ambientalista João Paulo Capobianco considerou que essas alterações fossem discutidas antes da apreciação das Súmulas. Interferiu o representante da CPLA/SMA, Décio Freire, fazendo notar que, se essa proposta do conselheiro ambientalista fosse aceita, significaria uma paralisação daqueles EIAs/RIMAs cuja apreciação não ocorre através de câmaras técnicas e que, sendo assim, esses empreendimentos não poderiam ser licenciados. Dr. Alaôr Caffé, Presidente do Consema, propôs a criação de uma comissão para apreciar os subsídios que deverão, a partir desse momento,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

ser encaminhados à Secretaria Executiva, que essa comissão deva reunir-se no dia 18 de março próximo, às 16 horas, e que os seus resultados sejam encaminhados para a próxima reunião do Consema que deve ocorrer no dia 20 de março próximo, às 9 horas. O Secretário Executivo do Consema sugeriu que essa comissão fosse composta pelos representantes da OAB, da CPLA/SMA, CREA, Secretaria da Saúde, Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, pelos conselheiros ambientalista João Paulo Capobianco, Condesmar F. de Oliveira e Carlos Alberto Arraes, e pelo Assessor Jurídico da SMA, Dr. Van-Acker, representando o Presidente do Consema. Ambas as propostas foram aceitas por unanimidade.

Imediatamente após essa deliberação, o conselheiro Marcos S. Carrilho, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, referiu-se à existência de uma comissão, criada no ano passado, para estabelecer uma normatização sobre as marinas, e que até hoje ainda não se reuniu. O Secretário Executivo esclareceu que essa comissão realmente existe e que dela faz parte o IAB, a Secretaria de Esportes e Turismo, a Cetesb, a CPRN/SMA e o conselheiro ambientalista Marco Antonio Mróz. Foi solicitada a substituição, nessa comissão, do conselheiro Marcos Antonio Mróz pela conselheira Berenice Maria Gallo, o que foi aceito. Nessa oportunidade, o conselheiro representante do CREA pediu licença para se ausentar, mas pediu que antes disso fosse consignado seu constrangimento em relação à urgência na apreciação do EIA/RIMA do empreendimento Sistema de Abastecimento de Água da Região Santos-Peruíbe-Mambu, que durante dois anos permaneceu na SMA sem que o parecer fosse elaborado. Dr. Alaôr Caffé esclareceu que durante, todo esse tempo esse EIA / RIMA esteve à disposição dos conselheiros, que poderiam ter dele se inteirado.

Foi colocada, nessa oportunidade, pelo Secretário Executivo do Consema, a necessidade de se passar a apreciar o segundo ponto da pauta, ou seja, o Parecer Técnico baseado no EIA/RIMA do empreendimento Novo Aeroporto do Bauru. Foi concedida a palavra, para apresentação do projeto, ao assessor técnico do DAESP, que, de forma sucinta fez a apresentação, salientando os principais aspectos desse empreendimento. Grosso modo, afirmou que esse novo aeroporto visa substituir o antigo que foi engolido pela malha urbana, que ele tem como objetivo ser regional e que a escolha para sua localização se deu a partir de várias alternativas estudadas, submetendo-as a critérios como o de situar-se longe de aglomerações urbanas, a uma grande distância da infra-estrutura existente. Referiu-se a todos os aspectos considerados no projeto, entre os quais os climatológico e o meteorológico, o impacto que ele provocará na cidade, que, sem sombra de dúvida, sofrerá algumas mudanças. Afirmou que o local escolhido não implica desmatamento, que não há fauna significativa em seu entorno, que o acesso é satisfatório, pois essa área não possui nenhuma infra-estrutura que interfira na operação do aeroporto. Afirmou também que, através das medidas mitigadoras, a implantação desse empreendimento não provoca nenhum comprometimento na região, quer do ponto de vista da drenagem, da movimentação de terra e dos problemas sanitários. Quanto à pequena área a ser desmatada a análise da SMA não apresenta objeções. Em relação ao fato de poderem vir a valorizar-se as áreas em seu entorno, e de esse empreendimento poder ser engolido, posteriormente, pela trama urbana, argumentou que um planejamento será elaborado pelos municípios envolvidos, para que impeça a implantação nessa região que possam provocar problemas de segurança à operação das aeronaves. E, em relação aos ruídos, argumentou que esse aspecto não é problemático, dado que não existe nenhuma aglomeração no entorno. Argumentou também que, se por um lado essa região escolhida não constitui área de migração de pássaros, por outro lado não serão



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

implantadas atividades ou culturas capazes de atraí-los.

Concluída a apresentação do projeto; iniciaram-se as discussões sobre ele. Inicialmente foram solicitados alguns esclarecimentos. O conselheiro ambientalista Mário Mantovani pediu algumas explicações ao DAIA em relação à fauna; o conselheiro ambientalista Carlos Alberto Arraes pediu que lhe fossem fornecidos melhores dados sobre a disposição do lixo, sobre as florestas, se elas atingem ou não a região do aeroporto, e, também, sobre a fauna, pois tem notícias de que existe nesta área, embora em pouca quantidade. Quanto aos ruídos, afirmou, tem certeza de que as cidades do entorno serão atingidas e perguntou se foram pensados meios para minimizar esse problema. O ambientalista João Luiz Pegoraro referiu-se à vegetação nativa que, segundo ele, apesar de existir em pouca quantidade, é considerável. O técnico representante de DAESP prestou esses esclarecimentos, principalmente em relação à vegetação e ao problema do ruído. Sustentou que um sistema de transporte intermodal provocaria muito mais problemas que a implantação desse aeroporto, que o lixo produzido, antes de ser encaminhado ao aterro, será condicionado. Nessa oportunidade, o conselheiro ambientalista Mário Mantovani teceu algumas considerações sobre o fato de o Estado ser perdulário em seus empreendimentos, cujos principais objetivos são atender sempre a interesses políticos locais e que, por esse motivo, é necessário analisar seriamente as condições desse empreendimento. Sustentou também que acredita ser necessário discutir o sistema de transporte intermodal, se ele vier a ser implantado nessa região. O conselheiro representante da OAB questionou a licença ambiental do ponto de vista legal. Voltou a prestar esclarecimentos o representante técnico do DAESP, que se reportou às reuniões realizadas com os grupos políticos da região, os quais concordaram com a implantação desse empreendimento, tendo sido solicitado, nessas oportunidades, que expressassem sua concordância, no que aquiesceram desde que os executivos municipais manifestassem um compromisso em executar as medidas mitigadoras expostas no EIA/RIMA. Nessa ocasião, o representante da CPLA/SMA esclareceu que a concessão das licenças, pela SMA, ocorrem a partir dos compromissos assumidos com os Executivos municipais, sobre o uso do solo, o que foi feito em relação a esse empreendimento. Mais uma vez o conselheiro ambientalista João Paulo Capobianco considerou que o EIA/RIMA desse empreendimento não levou em conta a possibilidade de este aeroporto se localizar próximo do sistema de transporte intermodal, se este viera ser implantado. E, no que diz respeito à recomposição das florestas, considerou que o Consema deve exigir maiores detalhes desse projeto, o qual deve ser fiscalizado pela SMA. Complementando essa colocação, o conselheiro ambientalista Mário Mantovani propôs que essas medidas mitigadoras corram por conta do empreendedor. O conselheiro Condesmar F. de Oliveira levantou a questão de segurança em relação aos trabalhadores, aspecto este que, segundo ele, não foi contemplado pelo EIA/RIMA. Referiu-se também à questão da desapropriação das áreas, salientando que ela deve ser melhor analisada, pois é insatisfatória a discussão no EIA/RIMA sobre esse aspecto, e considerou também que os impactos que as regiões mais próximas irão ter, com a construção desse empreendimento não são suficientemente analisados. Voltou a prestar esclarecimentos o assessor técnico do DAESP, reafirmando que os impactos gerados estão sendo contemplados, que as condições de segurança dos trabalhadores é uma questão trabalhista, contemplada por outro tipo de legislação, e que a construção desse novo aeroporto é consequência de reclamações feitas pela população em relação à localização do atual. Portanto, considerou, se este empreendimento não for implantado, um outro estudo deverá ser realizado em relação a outro local, pois essa exigência da população deve ser atendida. Concluiu afirmando que o



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

número exato dos trabalhadores nessa obra não dá para ser previsto a longo prazo e que, inicialmente, ele é aproximadamente oitenta.

Foi colocado em regime de votação, pelo Secretário Executivo do Consema, as exigências e recomendações propostas pelos conselheiros, entre as quais aquela que advém da nova redação dada ao primeiro item da página 24 do Parecer Técnico, o qual passa a ter a seguinte forma: "apresentação, à SMA, da Certidão de Uso e Ocupação do Solo, expedida pelas prefeituras de Bauru e Arealva, incluindo garantias de não-ocupação ou uso inadequado do entorno, demonstrando a compatibilidade do aeroporto com área ao seu redor, em função das diretrizes estabelecidas pelo Decreto 83.999, de 03/05/79; aquela que advém da nova redação dada ao item da página 25 do Parecer Técnico, que se inicia com o termo obrigatoriedade, o qual passa a ter a seguinte forma: "obrigatoriedade do empreendedor de proceder o reflorestamento compensatório com espécies nativas em área contínua, observando o artigo 4º da Portaria DEPRN-3/90, com aplicação de um dos critérios ou 20% da área patrimonial ou 1% do valor global do projeto, considerando o que for mais vantajoso do ponto de vista do reflorestamento; apresentar os projetos sobre o refúgio da fauna e revegetação para serem analisados pelo DEPRN; estabelecer condições ambientais hígidas para os trabalhadores do aeroporto no processo de construção do aeroporto; apresentar quais são as áreas de bota-fora, sendo necessário observar que os impactos aí gerados devem ser avaliados e monitorados pela SMA; e, como recomendação, se a construção do sistema de transporte intermodal se realizar antes da implantação do aeroporto, o critério para sua localização deverá ser a proximidade desse empreendimento. Colocadas em votação essas exigências e recomendações, elas foram aceitas por unanimidade.

O Secretário Executivo do Consema informou que se passaria a discutir, nessa oportunidade, o terceiro item da pauta, ou seja, o Projeto de Recuperação Ambiental da Bacia do Guarapiranga. Depois de projeto, foram abertas as discussões. E, depois da colocação do conselheiro ambientalista Condesmar F. de Oliveira, sobre a necessidade de se realizar uma Audiência Pública sobre esse projeto, o conselheiro Arlindo Philippi, representante da ABES, considerou que, apesar da necessidade de se avaliar esse projeto e se rearranjar seus aspectos polêmicos, deve haver uma séria preocupação com a situação hoje nessa área. Argumentou que sempre se critica o governo pela falta de iniciativa e hoje, quando ele procede de forma contrária, suas medidas devem ser avaliadas, pois é necessário que se leve em conta as exigências para o financiamento colocadas pelo Banco Mundial. Defendeu, nessa medida, que o cumprimento dos prazos estabelecidos pelo Regimento sejam reconsiderados, pois se isso não for feito quem vai se prejudicar é a própria população atingida. O conselheiro ambientalista Carlos Alberto Arraes colocou a necessidade de se colocar em votação a realização ou não da Audiência Pública para esse projeto. O Exmo. Sr. Secretário de Meio Ambiente e Presidente do Consema argumentou que se deve fazê-la, mas que não se cumpram os prazos estabelecidos, pois acredita que isso não prejudicaria a elaboração do Parecer Técnico, dado que várias reuniões com órgãos, entidades, e com o próprio Executivo Municipal de São Paulo foram realizadas para discussão da gestão desse programa. Propôs que no dia 27 de março próximo fosse realizada uma reunião extraordinária do Consema para se discutir o EIA/RIMA desse projeto e que a Audiência Pública se realize antes, de modo a poder subsidiar a elaboração do parecer. O conselheiro ambientalista João Paulo Capobianco considerou que a representação ambientalista presente nessa reunião se sentia constrangida pelo fato de terem si do eleitos e sentirem a necessidade de ter uma



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

atuação mais coerente com o mandato. E, pela necessidade de ser fiel a essa orientação, é que considera que as reuniões até agora realizadas sobre esse projeto não podem ser aceitas como audiências, mas como meras consultas públicas. Considerou também que descumprir as regras estabelecidas para realização desse procedimento significa não obedecer às exigências legais, ou seja, agir sob pressão. Solicitou, nessa oportunidade, a compreensão dos membros do Consema em relação à atitude dos ambientalistas, pois não é possível agir coerentemente se eles são colocados numa situação-limite. E finalizou suas considerações afirmando que os ambientalistas não possuem a prerrogativa de aprovar a dispensa da realização da Audiência Pública. O Secretário do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Dr. Alaôr Caffé, esclareceu ser a realização da Audiência Pública uma exigência do próprio Consema e que, nesse sentido, não vê nenhum impedimento quanto ao estabelecimento, por este próprio órgão, da redução dos prazos para sua ocorrência. Afirmou que a solicitação não é a dispensa da Audiência Pública e, sim, o estabelecimento de prazos mais exíguos. Considerou que os obstáculos que se apresentam não podem constituir impedimentos para implantação de projetos importantes como este, que é o de desimpactuar uma área. Afirmou que, se esses obstáculos não forem superados, se perderá uma oportunidade política única de resolver um grave problema para uma população que é atingida seriamente. E finalizou suas considerações solicitando que sejam antecipados os prazos para o cumprimento dessa exigência.

Depois de feitas essas considerações, o conselheiro ambientalista João Paulo Capobianco solicitou que fossem esclarecidos quais os mecanismos de que dispõe a população para fiscalizar esse programa. O Exmo. Sr. Secretário respondeu afirmando serem os seguintes: conselho de gestão, no qual a comunidade estará representada; o comitê de bacia, pois vai existir, por determinação legal, a exigência de que esse comitê seja paritário, do ponto de vista da representação governamental e da sociedade civil, e acrescentou que o próprio Consema também pode exigir a criação de uma comissão. O representante ambientalista João Paulo Capobianco interveio solicitando que seja dada uma garantia legal desta gestão participativa do programa. O conselheiro representante da Secretaria de Energia e Saneamento, Júlio Petenucci, esclareceu que a lei 7663, estabelece a seguinte composição: 1/3 Estado, 1/3 sociedade civil e 1/3 município, e que a Comissão de Bacia do Alto Tietê deve instalar-se no prazo de 120 dias. Depois de submetida à apreciação do Consema, foi dada a palavra ao ambientalista Francisco Luz, presente na reunião, o qual se referiu ao fato de que para as reuniões até agora realizadas sobre este programa as entidades ambientalistas não foram convidadas. Nesse sentido, afirmou, faço um veemente protesto ao fato de a Prefeitura Municipal de São Paulo não ter convidado essas entidades e ao fato de a Secretaria de Energia e Saneamento ter procedido da mesma maneira. Lastimou também que a SMA não tenha se lembrado dessas entidades. E, diante desse fato, coloca a necessidade de que as instituições internacionais sejam comunicadas sobre a forma como o correram essas consultas. A assessora técnica desse projeto, Maria José, ao lhe ser concedido o uso da palavra pelo Secretário Executivo do Consema, esclareceu que essas reuniões não foram convocadas pelo Estado, e, sim, por algumas comunidades.

Nessa oportunidade, o representante ambientalista João Paulo Capobianco propôs que a reunião do Consema, na qual se discutirá o EIA /RIMA desse programa, tire uma indicação sobre a constituição do Conselho de Gestão, e que esse seja um pré-requisito para deliberação desse estudo. Imediatamente após ter sido feita essa proposta, o Exmo. Sr. Secretário Executivo do Consema colocou a sugestão de que essa questão fosse incluída na pauta da reunião do dia 20 e que no dia 27



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

ocorresse uma outra reunião para deliberar sobre o EIA/RIMA desse projeto. Ambas as propostas foram aceitas por unanimidade. Nessa oportunidade o conselheiro ambientalista João Paulo Capobianco colocou a proposta de que fosse encaminhada, ao Secretário Nacional de Meio Ambiente e aos membros do Conselho Nacional de Meio Ambiente Conama -, uma moção sobre o Anteprojeto de Lei de Consolidação das Leis Federais do Meio Ambiente. Antes de ser lida essa moção e ser submetida à votação, o conselheiro ambientalista Condesmar F. de Oliveira solicitou que fosse incluída nessa moção a exigência de realização de Audiências Públicas em todas as capitais do país através das Superintendências Estaduais do Ibama, para coleta direta das contribuições das entidades governamentais ao novo texto. Aceita essa proposta por unanimidade; passou a ser lido, para depois ser submetido à votação, o texto da moção: "O Conselho Estadual de Meio Ambiente – Consema -, reunido em sua 14ª Reunião Extraordinária, endereçou ao Sr. José Lutzenberger, Secretário Nacional do Meio Ambiente, e aos Membros do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama -, tendo em vista a Portaria 18, de 14/02/92, que apresenta o Anteprojeto de Lei de Consolidação das Leis Federais do Meio Ambiente e estabelece o prazo de até 16/03/92 para que os interessados possam encaminhar suas propostas, pareceres, críticas e sugestões, e, baseados nos seguintes considerandos: 1 - que o Anteprojeto em tela é uma importante e necessária iniciativa do Governo Federal; 2. que a Consolidação das Leis Federais do Meio Ambiente é assunto da maior relevância e do interesse de toda a sociedade brasileira; 3. que a Legislação ora em fase de consolidação é conquista de longos anos de luta das organizações governamentais e não governamentais do país; 4. que o Ante projeto, uma vez aprovado, terá enorme interferência nas futuras atividades dos órgãos públicos em todos os níveis da Federação, nas atividades da iniciativa privada, das entidades não governamentais e da sociedade como um todo; 5. que o Anteprojeto, apesar de incorporar avanços necessários à melhoria da Legislação Ambiental Brasileira, contém equívocos e apresenta omissões merecendo, por tanto, aprimoramento; 6. que o aprimoramento do Anteprojeto em questão não pode prescindir da ampla participação das instituições governamentais e não governamentais do país; 7. que esta participação só poderá se processar de forma ampla e legítima se forem garantidas as condições de divulgação do Anteprojeto e o estabelecimento de procedimento de coleta de propostas, pareceres, críticas e sugestões, bem como emendas compatíveis com a importância do assunto; 8. que a Portaria 18, do dia 14-2, mas somente publicada no dia 17-2, estabeleceu prazo de apenas 15 dias úteis para sua análise, o que é insuficiente para discussão de um Anteprojeto destas dimensões, com a responsabilidade que a tarefa exige, aprovou por unanimidade esta moção com as seguintes solicitações: I - que seja garantida a ampla divulgação da existência do Anteprojeto de Lei de Consolidação das Leis Federais do Meio Ambiente; II - que seja prorrogado o prazo para recebimento de propostas, pareceres, críticas e sugestões, a fim de garantir o mínimo de 60 dias úteis após a ampla divulgação do Anteprojeto, conforme explicitado no item anterior; III - que seja estabelecido o processo formal de apresentação de emendas, mediante protocolo em todas as Superintendências Estaduais e Escritórios Regionais do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, existentes em todos os Estados brasileiros, como edital de convocação através do Diário Oficial da União; IV - que seja elaborada, pela equipe responsável pela versão ora em análise, após o prazo referido no item II, sistematização das emendas apresentadas e elaboração de nova versão incorporando as emendas procedentes, com publicação - da nova versão do Diário Oficial da União, nos moldes realizados com a atualmente em discussão. V - que sejam realizadas audiências públicas em todas as capitais do país, através das Superintendências Estaduais do Ibama, para coleta direta das contribuições das entidades governamentais e não



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

governamentais ao novo texto. VI - que seja enviada ao Conama a versão final do Anteprojeto e as emendas não incorporadas pela comissão de sistematização e as contribuições recolhidas nas audiências públicas. São Paulo, 11 de março de 1992." Colocada em votação essa moção, ela foi aceita por unanimidade.

Como mais nada foi tratado nessa reunião, deram-se por encerrados os trabalhos.